



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 67, DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 1, de 2011 (nº 704/2010, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2011.

RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

RELATOR “AD HOC”: Senador **FRANCISCO DORNELLES**

I – RELATÓRIO

Em conformidade com o §1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2011.

Acompanha a Mensagem a Exposição de Motivos do Presidente do Banco Central, informando que a Programação foi aprovada pelo Conselho Monetário nacional em sessão de 16 de dezembro de 2010.

Nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 6º da lei acima citada, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos emitir parecer sobre a Programação Monetária trimestralmente encaminhada a esta Casa. O parecer servirá de base para a provação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, sendo vedada qualquer alteração, consoante determinação contida no § 3º do artigo acima mencionado.

Com efeito, após a comunicação do recebimento da matéria ao Plenário, o Presidente do Senado a despachou a esta CAE em 03 de fevereiro de 2011. Em 23 de março de 2011, o Presidente da Comissão designou-me relator.

II – ANÁLISE

Com a adoção do Plano Real, mediante a Lei nº 9.069, de 1995, o Congresso Nacional passou a participar de forma mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia. Com efeito, as autoridades monetárias – além das audiências públicas em comissões nas duas casas do Congresso, em conjunto ou separadamente – têm o dever de encaminhar ao Senado Federal a Programação Monetária para cada trimestre do ano civil.

Do ponto de vista metodológico, cabe frisar que a Programação Monetária contém estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, estipula metas indicativas de sua evolução trimestral, e apresenta descrição sucinta das perspectivas da economia nacional para o trimestre e para o ano em curso. Conforme o Banco Central, as projeções são efetuadas com base em modelos econométricos, considerando-se a demanda por componentes dos meios de pagamentos, a evolução do PIB e a trajetória esperada da taxa de juros (Selic), da taxa de câmbio e de inflação, dentre outros elementos.

Contudo, com a adoção do regime ou sistema de metas de inflação a partir de 1999, sabe-se que a programação da evolução dos agregados monetários deixou de ser instrumento essencial na formulação e execução da política monetária. Esta visa alcançar e manter as metas de inflação, com intervalos de tolerância previamente estabelecidos e, para tanto, utiliza-se o nível da taxa de juros na economia como o principal instrumento. Nesse sentido, a evolução dos agregados monetários, assim como a expansão do crédito na economia, constitui medida tão somente co-adjuvante no processo de controle do nível geral de preços.

Em que pesem as considerações acima, enfatize-se que persiste em nosso ordenamento jurídico a determinação do envio da Programação Monetária ao Senado, para que esta CAE sobre ela se manifeste e cujo parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da referida programação pelo Congresso Nacional.

Com efeito, ressalte-se que, dentre as várias projeções estabelecidas na Programação para o 1º trimestre de 2011, destacam as previsões de aumento de 16,7% para o total dos meios de pagamento (oferta de moeda no conceito de M1) e de 15,8% para a base monetária no primeiro trimestre do corrente ano – variação percentual em 12 meses. Durante o ano de 2011, a previsão é de aumento de 11,3% para o M1 e de 10,5% para a base monetária.

Destarte, as previsões projetam leve contração na expansão monetária, relativamente aos níveis de crescimento anual de 17% observados até novembro de 2010, e demonstram consistência com as demais medidas monetárias – chamadas macroprudenciais - de combate à inflação, dentre as quais o ajuste no nível de liquidez do sistema financeiro, mediante elevação dos recolhimentos compulsórios, e desestímulo a operações que possam comprometer a sustentabilidade do endividamento das famílias.

As perspectivas de nossas autoridades monetárias para o primeiro trimestre e para o ano de 2011 registram melhoras nos indicadores econômicos dos Estados Unidos e nas perspectivas quanto à sustentabilidade do crescimento chinês. O novo impulso esperado para a economia mundial terá impactos diferenciados nas economias maduras e nas emergentes. *“Nesse cenário, os bancos centrais das principais economias maduras têm optado pela manutenção do caráter acomodaticio da política monetária e as autoridades monetárias de um grupo cada vez maior de economias emergentes, acelerado o processo de normalização da política monetária.”*

Na Programação foi observada também a desaceleração no ritmo de crescimento econômico interno, sugerindo que a diferença entre o ritmo de crescimento econômico mundial e brasileiro, juntamente com a perspectiva de elevação das remessas líquidas de serviços e de lucros e dividendos, deverá impactar negativamente o saldo de nossas transações correntes, ampliando o déficit de US\$ 38,8 bilhões registrados nos dez primeiros meses de 2010. Todavia, esperam que a ampliação do déficit seja “neutralizada por aumentos nos fluxos líquidos de investimentos estrangeiros diretos e pela rolagem, ainda que a taxas inferiores às registradas em 2010, das obrigações externas públicas e privadas.”

Quanto à inflação, as autoridades monetárias reconheceram a influência de fatores sazonais nos aumentos recentes no nível geral de preços e ressaltaram que *“embora as pressões inflacionárias pontuais devam se dissipar no curto prazo, a manutenção do ambiente de estabilidade nos preços segue dependente da adoção de medidas monetárias que adequem demanda e oferta agregadas ao nível compatível com as metas perseguidas para a inflação.”*

Depreende-se, assim, que as taxas de expansão monetária projetadas são compatíveis com as metas de inflação estabelecidas e com as perspectivas de crescimento real da economia. Ademais, a política monetária é consistente com a política antiinflacionária em curso no País, pois além da revisão periódica da taxa básica de juros pelo Copom, as autoridades monetárias têm formulado e executado uma série de medidas macroprudenciais que visam, essencialmente, a preservação da necessária estabilidade monetária.

Por fim, cabe observar que, em virtude das sessões preparatórias do início da legislatura e do tempo consumido para a constituição das comissões temáticas desta Casa, apenas recentemente houve a plena retomada das atividades nesta CAE. Neste sentido, justifica-se o exame relativamente tardio desta Programação Monetária para o 1º trimestre de 2011, sem prejuízo, porém, da análise e decisão sobre seu conteúdo material.

III – VOTO

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2011, nos termos do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 107, DE 2011

Aprova a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2011.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2011, nos termos da Mensagem nº 1, de 2011, do Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 5 de abril de 2011.

 , Presidente
 , Relator

SENADOR FRANCISCO DORNELLES
RELATOR "AD HOC"

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 1 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/04/11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 

RELATOR(A):  **SENADOR FRANCISCO DORNELLES, RELATOR "AD HOC"**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	
DELÍCIO DO AMARAL (PT)	1-JOSÉ PIMENTEL (PT)
EDUARDO SUPPLY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3-MARTA SUPPLY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	8-PEDRO TAQUES (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMELIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GILVAM BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO
PSOL	
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES

Publicado no DSF, de 06/04/2011.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília - DF

OS:11193/2011